

Terapia ocupacional social: diversidade, cultura e saber técnico

Social occupational therapy: diversity, culture and knowledge

Denise Dias Barros¹, Marta Carvalho de Almeida²,
Talita Camila Vecchia³

BARROS, D. D.; ALMEIDA, M. C. de; VECCHIA, T. C. Terapia ocupacional social: diversidade, cultura e saber técnico. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v.18, n. 3, p. 128-134, set./dez. 2007.

RESUMO: Trata-se de abordagem histórica do conceito de cultura no ocidente (principalmente na França, Inglaterra e Alemanha) para contextualizar as principais discussões que influenciaram o pensamento brasileiro e discutir a noção de cultura como direito conforme defende UNESCO. **Discussão.** A base é a da compreensão da *diferença* entre sociedades e culturas. Nesse sentido, a problemática da coexistência de identidades com intensificação crescente da questão da diferença, requerer novas formas para se trabalhar, pois exige aprender a conviver e partilhar identidades múltiplas ainda que ambíguas. **Conclusão.** Exige-se do terapeuta ocupacional a capacidade de constituir intervenções coerentes com as culturas locais específicas. Valorizar a diversidade em Terapia Ocupacional significa reconhecer que há um público-alvo diferenciado entre si de muitas formas: 1. Numa mesma cultura ou sub-cultura: idade, gênero, processos de socialização, classe, raça, língua criam diferenciações que exigem reformulações de método e de objetivos. 2. Em situações em que existem experiências societárias marcadas por desigualdades ou que co-existem práticas socioculturais diferenciadas, cabe ainda mais fortemente aprender as dinâmicas culturais em jogo, os códigos e os símbolos que interagem ou que conflitam.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Diversidade. Grupo social. Terapia Ocupacional.

¹ Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional – USP. Projeto Metuia / Núcleo São Paulo

² Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional – USP. Projeto Metuia / Núcleo São Paulo. Projeto Metuia / núcleo São Paulo

³ Terapeuta ocupacional, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Reabilitação da USP. Projeto Metuia / Núcleo São Paulo

Endereço para correspondência: ddbarros@usp.br, mcarnei@usp.br, talitavecchia@gmail.com

INTRODUÇÃO

No Brasil a coexistência de identidades de matrizes várias (européia, indígena, africana, asiática) com intensificação da questão da diferença (cultuais, de classe, gênero, idade e raça) e das desigualdades requer novas formas de se trabalhar. Desde a Constituição de 1988, uma série de leis e normas federais, estaduais e municipais tem exigido mudanças na formação para favorecer o entendimento da diversidade de lógicas, valores e necessidades atuais. Isto exige profunda revisão de conceitos e procedimentos da profissão. Trata-se, igualmente, de trabalhar para garantir a universalização da educação e da seguridade social (saúde, previdência e assistência social).

Conceito de cultura: notas históricas

Cultura e civilização tornaram-se conceitos chaves na concepção dessacralizada da história em que o homem foi posto no centro da reflexão. No século XVI desenvolveu-se, na Europa (Alemanha) o sentido figurado de cultura como sendo o cultivo de uma faculdade. Mas, foi no século XVIII que assistimos à formação do sentido moderno de cultura (CUCHE, 1999). A oposição entre natureza e cultura tornou-se fundamental para os pensadores Iluministas, pois Cultura seria a distinção da espécie humana: “a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade ao longo da história” (CUCHE, 1999, p. 21). O termo era empregado no singular e com C maiúsculo, sendo associado à idéia de progresso, de evolução, de educação, de razão e de civilização, termo que evoca os progressos coletivos. Civilização é termo que ficou associado ao processo de fortalecimento das instituições, das legislações e da educação. O Estado deveria liberar-se, deste ponto de vista, de tudo o que era considerado irracional.

Na França a idéia universalista de Cultura acompanhou a idéia eletiva de Nação: pertenceriam à nação francesa todos os que se reconhecessem nela. Às vésperas da Revolução Francesa, o termo Civilização passou a ser mais utilizado e a tender a designar a nação francesa e por extensão as potências ocidentais (CUCHE, 1999, p. 27).

Na Alemanha, o termo *Kultur* evoluiu para um sentido restrito a partir da segunda metade do século XVIII. Ele passou a qualificar o que é *autêntico e o que contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual*, opondo-se à noção de Civilização que indicava os valores superficiais e desprovidos de sinceridade. No século XIX, tornou-se o distintivo da nação alemã e, os atributos de sinceridade, profundidade e espiritualidade passaram a ser considerados

atributos específicos dos alemães. Para eles, a *nação cultural* precederia a *nação política*. A cultura corresponderia, então, ao conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e morais, patrimônio de uma nação que funda sua identidade. (CUCHE, 1999, p. 27).

Com Edward Buernett Tylor (1832-1917), a noção de cultura tornou-se expressão da vida social do homem, caracterizando por sua dimensão coletiva, sendo em grande parte, inconsciente. Ou seja: “conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade” (1971, p.1). Seu livro *Cultura Primitiva* (1871) é considerado o marco fundador da antropologia britânica.

Emile Durkheim (1858-1917) - considerado o fundador escola francesa de sociologia - foi um sociólogo com orientação antropológica. Pretendia demonstrar o caráter social do pensamento através da análise das “categorias do entendimento”, e, evidenciar a dimensão “ideal”, simbólica, imaginária, dos “fatos sociais” (DURKHEIM, 1978, 1983). O postulado da simetria entre o concreto e o simbólico é sua tese de base. Todo fato de consciência, todo pensamento é fato social, logo, todo fato social por mais concreto e instituído que se apresente, é fato de consciência. As categorias são sociais e, portanto, são históricas: surgem, transformam-se e desaparecem. O modo de pensar cria, transforma e destrói. Para Durkheim, os homens estão repartidos socialmente e por tal razão eles repartem o mundo (classificam). A hierarquia seria desta forma, um fenômeno social. As classificações são sistemas de noções hierarquizadas e só podem ter origem na sociedade. Do mesmo modo, nos diz o autor, a noção de igualdade não advém da natureza.

A escola francesa apóia-se em dois postulados inter-relacionados: 1) a origem do pensamento é coletiva, porque o homem pensa interativamente com os outros homens de sua sociedade. Essa interação pode ser da ordem da homogeneidade (participação) ou da ordem da heterogeneidade (exclusão, demarcação de diferenças, oposições); 2) a pesquisa deve identificar o social na construção do pensamento, porque essa participação não é evidente por si mesma, uma vez que os processos de “naturalização” do social obscurecem a origem coletiva dos mesmos, criando o efeito de tornar natural, sempre posto e imutável, aquilo que é social e, portanto, histórico.

Lévi-Strauss retomou a busca dos fatos profundos, inconscientes que instituem o social. Enfatizou o plano das articulações lógicas e das dualidades estruturais (a natureza e a cultura, o sagrado e o profano, o próximo e o distante), remetendo-as à estrutura do inconsciente. O inconsciente é para o autor, conseqüência do funcionamento do cérebro,

sendo este um estruturador que visa sistema e ordem. Num sentido amplo, as culturas podem ser tomadas como linguagens. Sua característica é permitir a produção de sentido e ordem à atuação dos seres humanos e às realidades que eles produzem para si, estando na base da ordenação da subjetividade humana, das relações entre os indivíduos e do mundo que constroem e experimentam. As culturas têm uma gramaticalidade, uma estrutura que é responsável pelo sentido presente nas manifestações humanas. Portanto, se constituem como campos fundados por regras.

Lévi-Strauss (1982) entende que as relações de parentesco fornecem o conteúdo original das regras que se estabelece o campo cultural: são elementos ordenados do comportamento humano. Da mesma forma, a proibição do incesto é fato universal e constante na espécie. Para Lévi-Strauss, a cultura buscaria equacionar problemas relativos às trocas simbólicas, garantindo a ordem das relações humanas e, conseqüentemente, do pensamento intelectual que organizaria as relações afetivas, sendo as mulheres bens de troca primordiais e o matrimônio uma troca forma de simbólica -. Ou seja, o sujeito é humanizado quando se relaciona com seus pares, internalizando o mundo social dentro de um campo culturalmente definido.

Ocorreram, entretanto segundo Morin (1977), importantes mudanças no cenário contemporâneo devido a três crises interdependentes: a crise da linguagem ligada à juventude, a crise do patriarcalismo vinculada ao movimento feminista e a crise ecológica. Para ele, essas três crises em conjunto estão modificando todo planeta. Após a segunda guerra, os projetos do pós-estruturalismo, do feminismo, do anti-colonialismo, do anti-imperialismo e do anti-racismo problematizaram a universalização das afirmações de verdade reivindicadas pelas grandes narrativas da história que colocam o homem europeu em seu centro. A negação da unidade e a afirmação da pluralidade é uma das características das teorias contemporâneas / pós-modernas.

Segundo Touraine (1994), define-se a modernidade [européia] considerando a separação entre racionalização e o individualismo moral. Ou seja, pela separação entre a ordem, o sentido do mundo e a consciência humana (a secularização). A racionalização - como modalidade de ação sobre a natureza - e o indivíduo moral tornam-se princípios de combinação destes mundos separados. Admitir que *a concepção ocidental de sujeito, pessoa, indivíduo é peculiar* tem sido um longo processo.

A concepção ocidental⁽¹⁾ de sujeito, pessoa, indivíduo

é peculiar, mas construiu saberes e poderes sedimentados no pressuposto do homem universal, partindo das concepções eurocêtricas que se devolveram a partir do final do século XVIII. A sociedade passou a ser vista como uma soma de *indivíduos*. Cada indivíduo, por sua vez, é um ser delimitado, unificado, integrado, livre e transparente a si mesmo: um sujeito de conhecimento e um centro dinâmico de consciência, de emoção, de ação e de juízos. E assim desenvolvemos a ilusão do eu pontual, do *sujeito em-si*, do *indivíduo considerado ilha*. A noção de pessoa é revisada e torna-se, também, plural e relacional, isto é, a pessoa possui “eus”; não, “um eu”. Sendo, então mais correto falar em identidades. A pessoa não pode ser cindida do contexto das práticas históricas da qual faz parte e ai, é preciso saber transitar do coletivo para o singular e vice-versa. Berger e Luckmann (1999) em *A construção social da realidade* enfatizavam que a realidade social é um processo de construção, apresentando-se como realidade objetiva para os sujeitos, mas é construída e reconstruída subjetivamente, ou melhor, intersubjetivamente, no contexto de infinitas interações cotidianas, mas também de processos de institucionalização e socialização.

Geertz (1989) define a cultura como teia de significados que grupos humanos estabelecem nas relações entre si e com a natureza. Assim, pensar a cultura implica em interpretar esses significados e buscar os significados atribuídos às coisas para o Outro. O modo de vida e de pensamento conduz-nos à ordem simbólica e ao sentido e, conseqüentemente, cultura, sociedade, civilização e identidade tornam conceitos chaves. Pensar a cultura implica em: interpretar significados e buscar os significados atribuídos às coisas e às relações, desenhando o que é próprio e o que é o Outro; compreender a dinâmica que ocorre no diálogo entre alteridades é constitutiva da noção mesma de cultura e é permanente.

Coexistência de identidades: cultura como direito

As diferenças culturais têm sido explicadas como se pudessem ser essencializadas e reduzidas a traços fixos, estáticos que seriam (nessa visão ainda dominante) constitutivos da natureza humana (que oculta a cultura que produz os parâmetros do universal). Tal procedimento serve a uma lógica classificatória orientada para a hierarquização. Uma lógica binária que vem definindo o componente negativo das relações sociais e das relações culturais: o/a negro/a, o/a

⁽¹⁾O ocidente “seria um conjunto de valores cujo traço dominante é a universalidade” (LATOUCHE, 1996, p.41).

índio/a, o/a estrangeiro/a, o/a homossexual, o/a pobre, o/a louco/a, o/a deficiente e, também, o sul, a mulher, etc.

Há, portanto, um grande desafio no contato das diferentes culturas, o outro transformado em objeto exótico tem sofrido transformações, mas ainda informa parte de nossos preconceitos e facilita projeções sobre o outro tanto de nossos desejos como de nossas repulsas.

A problemática da coexistência de identidades com intensificação crescente da questão da diferença, requerer novas formas para se trabalhar, pois exige aprender a conviver e partilhar identidades múltiplas ainda que ambíguas. A base é a da compreensão da *diferença* entre sociedades e culturas. A noção de diferença remete a relações sociais na medida em que se refere à maneira como é constituída e organizada em relações sistemáticas através de discursos econômicos, culturais e políticos e práticas institucionais.

Garcia Canclini (2003) enfatiza os riscos da redução de identidades ao jogo da diferença que conduz à estereotipia e ao enquadramento e fragmentação e anulação do outro. Um grupo geralmente mobiliza o conceito de diferença neste sentido quando trata de buscar a história de sua experiência coletiva. A diferença como relação social pode ser entendida como as trajetórias históricas e contemporâneas das circunstâncias materiais e práticas culturais que *produzem as condições* para a construção das identidades de grupo. A proclamação de uma identidade coletiva específica é um processo político. As negociações e articulações de diferenças culturais abrem espaços de experiências coletivas e de subjetivações em que se recoloca para todos os problemas a serem compreendidos.

No texto da Declaração universal sobre a diversidade cultural - adotada em 2001 -, a UNESCO apóia a diversidade cultural, os direitos culturais e o papel da cultura no desenvolvimento. No artigo 5 reitera que “os direitos culturais são parte integrante dos direitos do homem, que são universais, inseparáveis e interdependentes” (UNESCO, 2001).

A diversidade cultural é para Bhabha (2001) um objeto epistemológico, a cultura, um objeto de conhecimento empírico e a diferença cultural constitui o processo de enunciação da cultura. Trata-se de articular as culturas nacionais em suas formas de hibridismo, recusando o *exotismo do multiculturalismo* (BHABHA, 2001).

A política brasileira tem forte influência do multiculturalismo o qual deriva de a um conjunto de políticas desenvolvidas em países como Estados Unidos, Canadá e Austrália como forma de resposta a reivindicações de segmentos minoritários de sua população. Opõe-se às políticas assimilacionistas e combate à discriminação, ao preconceito, à homogeneidade cultural, à invisibilidade de segmentos sociais e culturais de menor poder. O pluralismo cultural foi, muitas vezes, visto como uma

ameaça à idéia de Nação (e a sua unidade). Mas, é preciso caminhar com cuidado, o pluralismo cultural pode adquirir a configuração de um relativismo cultural ingênuo, pode desabar no separacionismo, na exclusão e na segregação. As sociedades são campo de desigualdades, de conflitualidade e de antagonismos de interesses. Convivemos com formas históricas de opressão e de desqualificação da diferença e das alteridades.

Cabe, no entanto, dizer que o multiculturalismo proclamou sua insurreição contra as posições homogeneizadoras e reivindica não só a irredutibilidade das culturas como defende os direitos plurais que não foram previstos pelas narrativas totais e hegemônicas. Quando a diferença em questão é transformada em entidade fechada e essencial, termina por revelar uma dimensão conservadora, não apreende o sistema em suas articulações mútuas e múltiplas. Há que se permanecer alertas às novas formas de homologação das diferenças.

Entender a cultura como um direito significa aceitar que o Outro não se revela em traços culturais ou étnicos pré-estabelecidos a serem (exaltados ou recusados) e a cultura, como processo de produção, circulação e consumo da significação da vida social (CANCLINI, 2003, p. 57).

Quando a diferença (pessoal, cultural, religiosa, geracional) encontra dificuldade de ser negociada pode degenerar-se em formas de estereotipia, criando práticas e poderes unidirecionais. Há disputas permanentes nas sociedades acerca de significados. Estas correspondem aos embates entre diferentes setores, grupos sociais e classes pela hegemonia política por um lado e, por outro, por maior distribuição de poder. Correspondem, também, a conflitos para se definir os modos de ser, ou seja, de diferentes identidades. Ocorre que, nas interdependências societárias não há como estabelecer separações rígidas e estáveis, pois a alteridade do outro participa de nossa identidade em relação e em negociação constantes.

Ricoeur (1995) propõe um deslocamento da reflexão em torno da noção de identidade para a idéia de reconhecimento, pois no reconhecimento fica explícita a relação de interconexão em o si mesmo e o outro. Ainda que as identidades sejam construídas em uma multiplicidade relacional que permanecem em constante mudança, podem assumir padrões específicos diante de conjuntos de circunstâncias pessoais, sociais e históricas. Ao mesmo tempo, as identidades pessoais sempre se articulam com a experiência coletiva de um grupo. E a especificidade da experiência de vida de uma pessoa esboçada nas minúcias diárias de relações sociais vividas produz trajetórias - que não se reduzem a espelhos da experiência do grupo e nem pode ser compreendida como desconexa deste mesmo grupo - e produzem redes de relações. As redes sociais são expressões práticas das de relações de trocas.

O entendimento das redes sociais é importante para a análise sócio-cultural e sua discussão como procedimento metodológico. O intuito de discorrer e precisar o conceito de redes sociais, segundo Paulo Henrique Martins (2004) é teórica e prática. Teórica, pois evoca a força explicativa da associação entre os homens. Prática, pois se entende que as redes sociais constituem uma esfera pública a partir da sociedade civil, diferenciando-se tanto do Estado como das relações de mercado.

A palavra rede - do latim *retis* - ganhou nas últimas décadas empregos em disciplinas diferentes e contextos. A origem latina do termo reenvia à noção de entrelaçamento (de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido), malha e estrutura reticulada. Da biologia, mais precisamente dos ecologistas das décadas de 1920 e 1930 que estudavam as teias alimentares e os ciclos da vida, herdamos a noção de rede entendida como padrão de organização comum a todos os sistemas vivos.

A elaboração do conceito de rede social teve inspiração original nos métodos matemáticos (teoria dos gráficos/grafos e análise combinatória), nos estudos da biologia e física, mas tornou-se um importante instrumento na teoria da ação social.

Rede social pode ser compreendida como “sistema de interação que pode ser social, cultural, espacial, informal e, ou, institucionalizado e temporal. Nesse sentido, acredita-se que o entendimento sobre a noção de redes sociais pode ser positivo na formulação de propostas que tenham, pretendam ou necessitem apreender contextos sócio-culturais.” (SOUSA, 2003)

A ênfase recai na inter-relação, nas dinâmicas de mudanças sociais e culturais ao trabalharmos com base em redes sociais. Ela remete, portanto à noção de troca e dom. Diz Caillé (1998) que são as alianças generalizadas que constituem as redes em todas as sociedades e elas só se criam a partir da dádiva e da confiança. No contexto da terapia ocupacional é igualmente importante evocar a noção de apoio social (*social support*) entendida como toda informação e/ou auxílio material oferecidos por grupos e/ou pessoas e que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos. (MINKLER, 1985).

Terapia ocupacional e diversidade: necessidade de revisão

O trabalho territorial e comunitário tem exposto problemáticas socioculturais fundamentais para a terapia ocupacional e a saúde ao deslocar o técnico de sua centralidade. Tornou-se imperativo para o terapeuta ocupacional desenvolver atividades culturalmente pertinentes, pois se trata de compreender como as atividades mais valorizadas são percebidas na comunidade e como

estão articuladas aos símbolos-chaves que formam as identidades. Exige-se, então, do terapeuta ocupacional a capacidade de constituir intervenções coerentes com as culturas locais específicas, fato que determina uma ruptura com ações moduladas por procedimentos técnicos pré-estabelecidos. O outro é noção (alteridade) relacional, construída no diálogo. Cada sociedade ou grupo social constrói modalidades singulares de compreensão e de interpretação desse outro, de si e do mundo com diferentes linguagens. Essas singularidades proporcionam diferenças nas maneiras de se organizar em sociedade que precisam ser constantemente negociadas já que grupos e sociedades estão permanentemente (como as pessoas) e inter-relação, em interconexão.

Os acompanhamentos individuais e grupais são maneiras de conhecimento mútuo entre o técnico (terapeuta ocupacional) e o usuário ou a pessoa, grupo ou comunidade com a qual trabalha. Desse conhecimento decorre a possibilidade de se estabelecer projetos, projeto de vida, projetos coletivos e grupais (ou ambos). O termo projeto torna-se complexo e com significados múltiplos ao longo dos últimos séculos. De elemento arquitetônico lançado para frente (balcões um edifício) na França do século XVII à noção de projeto como intencionalidade no século XIX (BOUTINET, 2002). Foi no humanismo italiano que passou a estar referido às intenções artísticas, enquanto antecipação de uma criação artística. Chega aos nossos dias conotando, de forma ampla, intencionalidade e condutas que procuram conferir um sentido à ação que antecipam - ação de pessoas, de grupos, ou coletividades mais vastas. Segundo Jean-Pierre Boutinet (2002, p. 51) “o homem se desvela no projeto que quer ser ele próprio, compreensão da existência”. A noção de projeto tem recebido atenção no campo da educação.

Para nós, é recuperado como parte de uma formulação da ação profissional na terapia ocupacional social e decorre do reconhecimento de que trabalhar junto significa troca de saberes: único caminho para uma ação profissional partilhada, dialogada. Não se trata de efeito de retórica, mas de assumir que vivemos em contexto de cadeias sociais de interdependência (ELIAS, 1987) e é no reconhecimento heurístico da interdependência que pode surgir o desenvolvimento de ação de atenção em terapia ocupacional voltada para a construção de redes sociais e para a ação coletiva (cultural, social e/ou política). Fica, nessa linha de proposições, explicitada a relação de poder como intrínseca à relação técnico-usuário - em que há interesses convergentes, divergentes e antagônicos simultaneamente. O projeto que ambos estabelecem decorre de um sistema de significação que dá inteligibilidade ao mundo constituída dentro de relações de poder com formas de delegação historicamente construídas (mas percebidas como naturais): quem tem autoridade para definir projeto de vida (individual ou

grupal, singular ou coletivo)? O técnico em nome de seu saber universalmente válido?

É preciso conhecer como as pessoas vivem, onde moram, como se constroem as relações familiares, os laços de amizade e os desejos. As condições de moradia revelam uma série de relações entre o conjunto da sociedade e grupos sociais específicos e influenciam, por outro lado, as estratégias pessoais e grupais de produção da auto-estima. É fundamental estar atentos, também, às representações vinculadas às gerações e aos gêneros. Necessitamos de uma concepção de intervenção que mantenha a inter-relação entre pessoa-grupo-atividade-meio ambiente.

As identidades coletivas constroem-se no interior de processos de atribuição de sentido em que as experiências comuns são investidas de significados particulares. Tais significados são arranjos próprios e singulares em torno de eixos de diferenciação como classe, gênero, religião, idade, raça ou etnia. Cabe ainda enfatizar que as identidades coletivas não podem ser reduzidas à soma das individuais. O que isso implica no desenho da terapia ocupacional e no lugar social do terapeuta ocupacional? Quais conseqüências em termos teóricos e em termos de campos de atuação?

Valorizar a diversidade com provocação para revisões teóricas e para formulações novas de ação em Terapia Ocupacional significa reconhecer que há um público-alvo diferenciado entre si de muitas formas, mascarada pessoa combina identidades e realiza identidades plenas a partir de únicas marcas de identificação comuns. Na ação social é preciso considerar:

- Numa mesma cultura ou sub-cultura/ práticas culturais: idade, gênero, processos de socialização, classe,

língua criam diferenciações que exigem reformulações de método, de objetivos e indicam a importância de se construir de projetos negociados;

- Em situações em que existem experiências societárias marcadas por desigualdades (como classe, gênero, raça etc.) ou que co-existem práticas socioculturais diferenciadas, cabe ainda mais fortemente (como imperativo) apreender as dinâmicas culturais em jogo, os códigos e os símbolos que interagem ou que conflitam.

Também, na terapia ocupacional – enquanto campo-, diferentes identidades necessitam co-existir. A co-habitação de identidades é aqui a recusa do achatamento ao discurso e ao pensamento único. Se aceitarmos tal leitura, estaremos concordando que existe também para o terapeuta ocupacional a exigência de habilitar-se para trabalhar problemáticas que surgem dos paradoxos de uma sociedade marcada pelas desigualdades.

E assim teremos como conseqüência: 1) a exigência de que todos e todas as escolas de pensamento e/ou tendências explicitem seus pressupostos (definição de homem, sociedade, técnica); 2) desenhar avaliações não apenas em termos de eficácia abstrata (eficaz para quem, para que contexto e em que tempo); 3) redefinir campos de atuação, de objetivos e de métodos (enquanto processo). Talvez esteja neste debate a maior contribuição da academia: investimento em campos novos, levantamento de questões e análise de contradições emergentes da leitura do social. Mas há grandes limites para a ação acadêmica e talvez seja hora de abrir o debate dos horizontes, do planejamento de perspectivas para a terapia ocupacional.

BARROS, D. D.; ALMEIDA, M. C. de; VECCHIA, T. C. Social occupational therapy: diversity, culture and knowledge. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v.18, n. 3, p. 128-134, set./dez. 2007.

ABSTRACT: This article is about an historical approach of culture concept in the west (mainly in France, England and Germany) to get into the context of the main discussions that have influenced Brazilian thought and to discuss culture notion as a right as well as UNESCO supports. **Discussion:** The basis is the comprehension about the difference between societies and cultures. In this sense, the identities coexistence problem, since the differences have had an increasing intensification, needs new ways of working because it demands to learn to coexist and share multiple identities even if they are ambiguous. **Conclusion.** It is demanded from the Occupational Therapist the capacity of building coherent interventions in specific local cultures. In Occupational Therapy, the valorization of diversity means the recognition that there is a differentiated public-target in many ways: 1. In one same culture or sub-culture: age, genre, socialization processes, class, race and language create differentiations that demand method and objectives elaborated. 2. Situations where there are social experiences marked by inequalities or that coexist differentiated socio-cultural practice, It is important to apprehend the game's cultural dynamic, the codes and the symbols that interact or conflict.

KEY WORDS: Culture. Diversity. Social Group. Occupational Therapy.

REFERÊNCIAS

- BERGER, P.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- BHABHA, H. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BOUTINET, J-P. Antropologia do projeto. 5a. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002.
- CAILLE, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Rev. Bras. Ci. Soc.* [online]. v. 13, n. 38, 1998.
- CANCLINI, N. G. A globalização imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.
- DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. Tradução Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- ELIAS, N. El proceso de la civilización. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- LATOUCHE, S. A ocidentalização do mundo. Petrópolis: Vozes, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MARTINS, P. H.; FONTES, B. Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas. Recife: UFPE, 2004.
- MINKLER, M. Social support and health of the elderly. In: SOCIAL support and health. London: Academic Press, 1985.
- MORIN, E. Cultura de massas II. O espírito dos tempos. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1977.
- RICOEUR, P. Tempo e narrativa (tomo II). São Paulo: Papyrus, 1995.
- SOUSA, H. C. W. L. Subsistência alimentar em situação de pobreza: a percepção de representantes de grupos religiosos, participantes de redes sociais na região da Leopoldina, cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública.
- TOURAINÉ, A. Crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- TYLOR, E. B. Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art and custom, Londres: J. Murray, 1871
- UNESCO. La Déclaration universelle sur la diversité culturelle. Paris, 2 de novembro de 2001.